

HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Avenida Pará, nº 1720 - Bairro Umuarama
Uberlândia-MG, CEP 38405-320
- <http://hc-ufu.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23860.027222/2025-10

TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO TRADICIONAL

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviço especializado para a realização de testes de constância, controle de qualidade, medidas de radiação de fuga e levantamento radiométrico nos equipamentos de diagnóstico por imagem e seus respectivos ambientes de instalação/operação e arredores, incluindo equipamentos que não utilizam radiação ionizante, como o equipamento de ressonância magnética, os equipamentos de ultrassom, os monitores de imagem utilizados para laudos médicos e os equipamentos de proteção individual, a fim de atender as necessidades do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil), conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A HU Brasil foi criada pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar, de forma gratuita, serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à população. Além disso, tem como missão apoiar as instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, ensino-aprendizagem e formação de profissionais na área da saúde pública.

2.2. A HU Brasil é uma empresa estatal 100% dependente da União, atuando de forma integrada e exclusiva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), prestando assistência integral à saúde da população brasileira.

2.3. Atualmente, constitui-se como a maior rede de hospitais públicos do país, unindo dois dos maiores desafios nacionais: educação e saúde. Suas atividades são desenvolvidas por meio da Administração Central e de 45 Hospitais Universitários Federais (HUFs), promovendo uma gestão eficiente e qualificada, voltada à melhoria contínua da qualidade de vida da população.

2.4. Os hospitais da Rede Ebserh/HU Brasil são reconhecidos como centros de referência em atenção de média e alta complexidade no âmbito do SUS. Por estarem vinculados a universidades federais, desempenham um papel estratégico não apenas na assistência à saúde, mas também na formação de profissionais e no desenvolvimento científico por meio da pesquisa acadêmica.

2.5. O Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HU-UFU) integra essa rede, estando vinculado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Sua atuação é voltada à prestação de serviços de média e alta complexidade aos usuários do SUS de Uberlândia e região, conforme pactuação firmada com os gestores de saúde.

2.6. Esta contratação ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras de um hospital, uma vez que são serviços imprescindíveis para:

2.6.1. Garantir a segurança e conformidade legal dos serviços de radiodiagnóstico, por meio da execução de testes de constância, controle de qualidade, medições de radiação de fuga e levantamentos radiométricos, conforme exigências da ANVISA (RDC nº 611/2022) e demais normas técnicas. A ausência desses testes compromete a rastreabilidade dos resultados, a segurança dos profissionais e pacientes e pode gerar a suspensão de licenças de funcionamento junto aos órgãos reguladores. Esses serviços asseguram que os equipamentos emissores de radiação ionizante operem dentro dos parâmetros de segurança e desempenho exigidos, evitando exposição desnecessária à radiação, degradação da qualidade de imagem e riscos ocupacionais.

2.6.2. Assegurar a qualidade diagnóstica e a confiabilidade dos equipamentos que não utilizam radiação ionizante, como os sistemas de ressonância magnética, ultrassonografia e monitores de diagnóstico/laudo, cuja performance está diretamente relacionada à acurácia clínica e à segurança dos pacientes. Testes periódicos de qualidade nesses equipamentos são fundamentais para detectar precocemente falhas, desvios de calibração, artefatos de imagem, degradação de transdutores e variações de luminância e contraste dos monitores. A ausência de tais verificações pode resultar em diagnósticos imprecisos, retrabalho, aumento do tempo de exame, desperdício de recursos públicos e prejuízo à formação acadêmica dos alunos que utilizam as imagens em atividades de ensino e pesquisa.

2.7. Sem a execução regular desses serviços, o hospital corre o risco de:

2.7.1. Operar equipamentos fora dos padrões de desempenho aceitos, o que pode resultar em imagens de baixa qualidade diagnóstica, repetição de exames e aumento desnecessário da dose de radiação aos pacientes;

2.7.2. Expor trabalhadores e público a níveis de radiação superiores aos limites ocupacionais, por falta de monitoramento adequado das condições de blindagem e radiação de fuga;

2.7.3. Inviabilizar a renovação de licenças radiológicas junto aos órgãos de vigilância sanitária, impactando diretamente a continuidade dos serviços assistenciais de diagnóstico por imagem;

2.7.4. Gerar passivos administrativos, legais e trabalhistas, em virtude do descumprimento das normas de proteção radiológica e segurança ocupacional.

2.8. A presente contratação não está contemplada no Planejamento Anual de Compras de 2026. Contudo, informa-se que a demanda será devidamente incluída na próxima janela de atualização do referido instrumento, de modo a assegurar sua conformidade com o planejamento institucional e a adequada previsão orçamentária.

2.9. Ademais, registra-se que a contratação encontra-se alinhada ao Acordo Organizativo de Compromissos (AOC) 2026, especificamente no Grupo 2 - Prestação de Serviço, Subgrupo 2.11 - Outros, evidenciando sua aderência às diretrizes estratégicas estabelecidas pela instituição.

2.10. A contratação deste Termo de Referência encontra amparo legal no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0 e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos de avaliação de desempenho, controle de qualidade e levantamentos radiométricos em equipamentos de diagnóstico por imagem utilizados no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HU-UFU).

3.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (12 meses)	Quantidade (24 meses)	Quantidade (60 meses)
1	Levantamento radiométrico e medidas de radiação de fuga: Execução de levantamento radiométrico e medições de radiação de fuga em equipamentos de radiologia diagnóstica e/ou intervencionista (raios X convencional fixo e móvel, telecomandado/fluoroscopia, arco cirúrgico, hemodinâmica, mamografia e tomografia computadorizada), com emissão de relatório técnico em conformidade com a legislação e normas vigentes.	14524	Un	16	32	80
2	Testes de controle de qualidade em equipamento de raios X convencional móvel: Realização do conjunto completo de testes de controle de qualidade (anuais+semestrais+aceitação, se aplicável) em equipamento de raios X convencional médico móvel, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	20	40	100
3	Testes semestrais de controle de qualidade em equipamento de raios X convencional móvel: Realização do conjunto de testes semestrais de controle de qualidade em equipamento de raios X convencional médico móvel, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	20	40	100
4	Testes de controle de qualidade em equipamento de raios X convencional fixo: Realização do conjunto completo de testes de controle de qualidade (anuais+semestrais+aceitação, se aplicável) em equipamento de raios X convencional médico fixo, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	6	12	30
5	Testes semestrais de controle de qualidade em equipamento de raios X convencional fixo: Realização do conjunto de testes semestrais de controle de qualidade em equipamento de raios X convencional médico fixo, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	6	12	30
6	Testes de controle de qualidade em equipamento de raios X telecomandado/fluoroscopia: Realização do conjunto completo de testes de controle de qualidade (anuais+semestrais+aceitação, se aplicável) em equipamento de raios X telecomandado, com função de fluoroscopia, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	3	6	15
7	Testes semestrais de controle de qualidade em equipamento de raios X telecomandado/fluoroscopia: Realização da avaliação da qualidade da imagem, com ferramenta de testes apropriada, em equipamento de raios X telecomandado, com função de fluoroscopia, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	3	6	15
	Testes de controle de qualidade em equipamento de fluoroscopia do tipo arco cirúrgico (arco-C) Realização do conjunto completo de testes de					

**GRUPO
1**

8	controle de qualidade (anuais+semestrais+aceitação, se aplicável) em equipamento de fluoroscopia do tipo arco cirúrgico, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	15	30	75
9	Testes semestrais de controle de qualidade em equipamento de fluoroscopia do tipo arco cirúrgico (arco-C) Realização da avaliação da qualidade da imagem com ferramenta de testes apropriada em equipamento de fluoroscopia do tipo arco cirúrgico, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	15	30	75
10	Testes de controle de qualidade em equipamento de fluoroscopia do tipo hemodinâmica (angiógrafo): Realização do conjunto completo de testes de controle de qualidade (anuais+semestrais+aceitação, se aplicável) em equipamento de fluoroscopia do tipo hemodinâmica, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	4	8	20
11	Testes semestrais de controle de qualidade em equipamento de fluoroscopia do tipo hemodinâmica (angiógrafo): Realização da avaliação da qualidade da imagem, com ferramenta de testes apropriada, em equipamento de fluoroscopia do tipo hemodinâmica, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	4	8	20
12	Testes de controle de qualidade em equipamento de mamografia: Realização do conjunto completo de testes de controle de qualidade (anuais+diários+aceitação, se aplicável) em equipamento de mamografia, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	2	4	10
13	Testes de controle de qualidade em equipamento de tomografia computadorizada: Realização do conjunto completo de testes de controle de qualidade (anuais+semanais+aceitação, se aplicável) em equipamento de tomografia computadorizada, com receptor de imagem digital do tipo DR, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	4	8	20
14	Testes de controle de qualidade em equipamento de ultrassonografia: Realização do conjunto de testes de controle de qualidade em equipamento de ultrassonografia e suas respectivas sondas, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	40	80	200
15	Testes de controle de qualidade em equipamento de imagens médicas por ressonância magnética: Realização do conjunto de testes de controle de qualidade (anuais+semanais) em equipamento de imagens médicas por ressonância magnética, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	2	4	10
16	Testes de controle de qualidade em monitor de imagem para diagnóstico ou laudo: Realização do conjunto de testes de controle de qualidade em monitor de imagem para diagnóstico ou laudo, incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	13	26	65
17	Medidas de iluminância em sala de laudos: Realização de medidas de iluminância em sala de laudos, incluindo análise dos resultados e emissão	13846	Un	3	6	15

	de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.					
18	Testes da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica do tipo colar (protetor de tireoide), utilizados em fluoroscopia e radiologia intervencionista: Realização de testes semestrais para a verificação da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica (colares/protetores de tireoide), incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	92	184	460
19	Testes da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica do tipo avental (capote) ou conjunto colete+saia, utilizados em fluoroscopia e radiologia intervencionista: Realização de testes semestrais para a verificação da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica (avental/capote), incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	92	184	460
20	Testes da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica do tipo colar (protetor de tireoide), utilizados em radiologia convencional: Realização de testes anuais para a verificação da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica (colares/protetores de tireoide), incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	23	46	115
21	Testes da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica do tipo avental (capote) ou conjunto colete+saia, utilizados em radiologia convencional: Realização de testes anuais para a verificação da integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual para a proteção radiológica (avental/capote), incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	23	46	115
22	Testes de controle de qualidade em receptor de imagem (cassete + placa de imagem) para radiografia computadorizada (CR): Realização do conjunto de testes de controle de qualidade em receptor de imagem (cassete + placa de imagem) para radiografia computadorizada (CR), incluindo análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	3	6	15
23	Levantamento radiométrico e medidas de radiação de fuga em equipamento de radiologia odontológica intraoral: Execução de levantamento radiométrico e medições de radiação de fuga em equipamentos de radiologia odontológica intraoral, com emissão de relatório técnico em conformidade com a legislação e normas vigentes.	14524	Un	3	-	6
24	Testes de controle de qualidade em equipamento de radiologia odontológica intraoral: Realização do conjunto completo de testes de controle de qualidade (bianuais+aceitação, se aplicável) em equipamento de raios X odontológico periapical, incluindo câmara escura e imagem, com análise dos resultados e emissão de relatório técnico conforme a legislação e normas vigentes.	13846	Un	3	-	9

3.3. O quantitativo estimado foi definido com base no levantamento dos equipamentos de diagnóstico por imagem atualmente em operação no HU-UFU, contemplando todas as modalidades existentes, acrescido de 15% com o objetivo de atender a eventuais ampliações, substituições ou modernizações de equipamentos ao longo da vigência contratual. Ressalta-se que se trata de quantitativo máximo estimado, não configurando obrigação de contratação integral, sendo os serviços executados exclusivamente mediante demanda formal da contratante.

3.4. Para os itens 23 e 24, a quantidade prevista para o período de 24 (vinte e quatro) meses permanecerá igual à quantidade anual, considerando que os testes relacionados a esses equipamentos possuem, respectivamente, periodicidade quadrienal e binal de realização.

3.5. Os serviços compreendem a realização de testes de constância e controle de qualidade, levantamentos radiométricos, medições de radiação de fuga, análises de conformidade e emissão de relatórios técnicos em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância

3.6. A contratação visa assegurar a segurança radiológica, o cumprimento dos requisitos legais e regulatórios, e a manutenção da qualidade diagnóstica das imagens produzidas pelos equipamentos do hospital, contribuindo para a segurança dos pacientes e profissionais, bem como para a eficiência operacional do parque tecnológico do serviço de diagnóstico por imagem.

3.7. A execução dos serviços será realizada de forma centralizada e contínua, abrangendo todas as modalidades de diagnóstico por imagem do HU-UFU — radiologia convencional, tomografia computadorizada, mamografia, hemodinâmica, densitometria óssea, ressonância magnética, ultrassonografia e monitores de diagnóstico — com acompanhamento e validação pela equipe técnica da instituição.

3.8. Os testes diários, semanais e semestrais, quando integrantes de um mesmo conjunto previsto na tabela de serviços contratados, deverão ser realizados uma única vez, durante a execução do respectivo conjunto ou item contratado, não sendo admitida duplicidade de medições para o mesmo fim.

3.9. O levantamento radiométrico dos equipamentos fixos deverá abranger medições da radiação transmitida por todas as barreiras físicas existentes no entorno da sala, incluindo, mas não se limitando a: paredes, portas (cada folha, no caso de portas duplas), batentes, visores e demais elementos de blindagem.

3.10. Nas salas em que, durante a operação rotineira do equipamento, haja a presença de trabalhadores — como em procedimentos de hemodinâmica e exames contrastados — deverá ser realizada ao menos uma medição na posição do operador, com e sem o uso de anteparo ou visor, quando aplicável.

3.11. O levantamento radiométrico dos equipamentos móveis deverá contemplar medições da radiação espalhada nas distâncias de 1 (um) metro e 2 (dois) metros, em no mínimo quatro posições para cada distância, ao redor do meio espalhador, que deverá ser posicionado no local correspondente ao paciente.

3.12. As medições da radiação de fuga deverão ser realizadas à distância de 1 (um) metro do ponto focal, em no mínimo quatro posições distribuídas ao redor do referido ponto.

3.13. Os testes de constância, avaliação de desempenho e controle de qualidade deverão seguir protocolos e metodologias reconhecidos nacional ou internacionalmente, compatíveis com a natureza do equipamento avaliado.

3.14. As medições e respectivos resultados deverão ser apresentados em relatórios técnicos, contendo análise conclusiva fundamentada na comparação com os limites de tolerância e níveis de restrição estabelecidos nas normativas brasileiras vigentes.

3.15. Nos equipamentos de ultrassonografia, os testes deverão ser realizados para todas as sondas/transdutores disponíveis no equipamento avaliado.

3.16. A não realização de quaisquer testes ou avaliações exigidos pelas normativas brasileiras vigentes será considerada pendência técnica, impedindo o pagamento do serviço até a completa regularização.

3.17. Quando aplicável, os instrumentos utilizados na execução dos serviços deverão possuir certificado de calibração válido, emitido por laboratório habilitado e credenciado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ou por órgão nacionalmente reconhecido, conforme a legislação vigente.

3.18. Os instrumentos e respectivos certificados de calibração poderão ser verificados pela equipe de fiscalização do contrato, antes ou durante a execução dos serviços.

3.19. Os serviços presenciais deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário das 07h00 às 19h00, conforme agendamento prévio entre a Contratante e a Contratada. A execução em dias ou horários distintos somente poderá ocorrer mediante autorização formal da Contratante.

3.20. A execução dos serviços poderá ser acompanhada, de forma concomitante, por até 5 (cinco) pessoas, entre profissionais e estudantes designados pela Contratante.

3.21. O executor do serviço deverá estar devidamente uniformizado e identificado por meio de crachá da empresa contratada.

3.22. O executor do serviço deverá ser Físico Médico, especialista em Física do Radiodiagnóstico.

3.23. O responsável técnico pelos serviços executados também deverá ser Físico Médico, especialista em Física do Radiodiagnóstico.

3.24. O executor do serviço deverá portar dosímetro individual, fornecido pela Contratada, para monitoramento da dose de radiação, cuja leitura deverá ser realizada por laboratório habilitado e credenciado pela CNEN ou órgão reconhecido nacionalmente, conforme legislação vigente.

3.25. Para cada visita técnica, a empresa contratada deverá emitir:

3.25.1. Relatório geral da visita, descrevendo os serviços realizados;

3.25.2. Relatórios específicos, contendo os resultados e conclusões de cada item contratado.

3.26. Os relatórios deverão estar assinados pelo executor do serviço e pelo responsável técnico.

3.27. Os relatórios técnicos deverão ser entregues à Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de execução das medições.

3.28. Cada item ou conjunto de serviços contratado deverá prever nova visita técnica para reavaliação, sem ônus adicional para a Contratante, nos casos em que algum parâmetro avaliado apresente resultado fora dos critérios aceitáveis e demande correção seguida de nova verificação.

3.29. A empresa contratada e seus profissionais deverão estar devidamente licenciados e habilitados para a execução de serviços de avaliação de equipamentos e ambientes que utilizem radiação ionizante na área médica, em conformidade com a Resolução SES/MG nº 7.448, de 22 de março de 2021, ou outra que venha a substituí-la, bem como demais normas complementares aplicáveis.

3.30. Os serviços serão executados sob demanda da Contratante.

3.31. A Contratada deverá realizar o agendamento do serviço em até 7 (sete) dias contados a partir da comunicação formal da demanda pela Contratante, devendo a execução ocorrer em prazo compatível com a criticidade do serviço, conforme acordado entre as partes.

3.32. Ademais, a descrição dos itens presentes nesta contratação foi realizada pela Unidade de Diagnóstico por Imagem, considerando as

instalações existentes e suas especificidades para dimensionamento das quantidades demandadas. Ainda, informa-se que na descrição dos serviços foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários.

3.33. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATSER, prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência.

3.34. **Parcelamento do Objeto**

3.35. A adoção do agrupamento dos itens nesta contratação justifica-se pela similaridade técnica e funcional dos serviços a serem contratados, os quais pertencem ao mesmo ramo de atividade econômica e demandam execução integrada e padronizada. Essa estrutura permite maior eficiência na gestão contratual, facilita a fiscalização técnica e possibilita a otimização dos recursos administrativos e financeiros, resultando em ganho de escala e economicidade para a Administração.

3.36. Considera-se, ainda, a limitação da capacidade operacional e administrativa da Unidade de Diagnóstico por Imagem para o gerenciamento simultâneo de múltiplos contratos com objetos correlatos, bem como a singularidade do objeto, que exige uniformidade de métodos e critérios técnicos para garantir a consistência dos resultados e o cumprimento das normas regulatórias aplicáveis.

3.37. O agrupamento dos itens também previne a fragmentação indevida do objeto e evita a sobreposição de responsabilidades entre diferentes fornecedores, o que poderia gerar contratemplos operacionais e dificultar a compatibilização das demandas.

3.38. Dessa forma, os serviços serão licitados e julgados em grupo, uma vez que guardam relação direta entre si, possuem a mesma finalidade e dependem de execução coordenada, assegurando uniformidade técnica, compatibilidade entre as atividades e eficiência na gestão contratual.

3.39. **Da Classificação dos Serviços Comuns**

3.40. Os itens descritos neste Termo de Referência são classificados como serviços comuns em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 32 da Lei 13.303/16, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais do mercado.

3.41. **Participação de ME/EPP**

3.42. Em conformidade com o disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelecem tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nas contratações públicas, foi avaliada a possibilidade de exigência de subcontratação obrigatória de ME/EPP para execução de parcela do objeto.

3.43. Contudo, verificou-se que o objeto da presente contratação — serviços especializados de realização de testes de constância, controle de qualidade, medições de radiação de fuga e levantamentos radiométricos em equipamentos de diagnóstico por imagem — possui natureza técnica altamente especializada, exigindo habilitação específica, licenciamento e certificações regulatórias junto a órgãos como ANVISA, CNEN e Secretarias Estaduais de Saúde, além da atuação de profissionais com formação e registro em Física Médica ou Engenharia Clínica.

3.44. Essas características tornam inviável a divisão técnica do objeto em parcelas subcontratáveis, uma vez que a execução deve ser integral, coordenada e sob responsabilidade técnica única, de modo a garantir a rastreabilidade dos resultados e o cumprimento dos parâmetros de segurança radiológica.

3.45. Dessa forma, a não exigência de subcontratação de ME/EPP fundamenta-se na incompatibilidade técnica e operacional da atividade com a fragmentação da execução, conforme o disposto no § 3º do art. 48 da LC nº 123/2006, o qual admite a dispensa do benefício quando inviável ou prejudicial à execução do objeto.

3.46. Cabe destacar que, apesar da impossibilidade de subcontratação obrigatória, não há restrição à participação de ME/EPP no certame.

3.47. **Execução Indireta**

3.48. O Decreto n. 9.507/18, nos termos de seu artigo 1º, cuidou especificamente da "execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União".

3.49. No âmbito da HU Brasil, a Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração estabelece as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da HU Brasil.

3.50. Nos termos das normas previstas, a execução indireta de serviços de física médica atende ao previsto no art. 4º do Decreto 9.507/18, uma vez que evidencia-se que esse tipo de serviço quando executado por profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Planos de Cargos e Salários da HU Brasil, contraria os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade pelas seguintes razões:

a) **Princípio da Eficiência:** A terceirização do serviço especializado de realização de testes de constância, controle de qualidade, medições de radiação de fuga e levantamentos radiométricos atende ao princípio da eficiência, uma vez que tais atividades demandam equipamentos específicos de alta precisão, devidamente calibrados e rastreáveis. O hospital não dispõe de toda a infraestrutura instrumental necessária para executar tais testes com a periodicidade e rastreabilidade exigidas pelas legislações vigentes.

b) **Princípio da Economicidade:** A execução indireta do serviço demonstra-se mais econômica e vantajosa para a Administração, pois evita custos de aquisição, calibração e manutenção periódica de equipamentos de medição altamente específicos, que apresentam elevado valor de investimento. Ademais, a realização dos testes por empresa especializada elimina a necessidade de treinamento contínuo e certificações técnicas específicas de servidores próprios, bem como o custo de contratações permanentes para atividades de natureza eventual e de demanda variável. Considerando o ciclo de vida útil e os custos de atualização tecnológica dos instrumentos de medição, a terceirização permite ao hospital acesso a tecnologias de ponta de forma mais econômica, assegurando conformidade normativa sem comprometer o orçamento institucional. Assim, o modelo terceirizado resulta em melhor relação custo-benefício para o erário, em consonância com o princípio da economicidade.

c) **Princípio da Razoabilidade:** A contratação de empresa especializada é medida razoável diante das condições técnicas e operacionais do hospital, que não dispõe dos meios materiais e estrutura adequada para a execução direta dos testes e medições exigidos por normas regulatórias. A terceirização está em consonância com o disposto no Decreto nº 9.507/2018, que autoriza a execução indireta de atividades que não sejam inerentes, acessórias ou complementares às atribuições do quadro permanente. Assim, a medida revela-se razoável e proporcional ao objetivo de garantir a segurança, a qualidade e a conformidade técnica das imagens diagnósticas e dos ambientes radiológicos, sem onerar desnecessariamente os recursos públicos ou comprometer a eficiência do serviço de saúde.

3.51. Ademais, no presente caso, a execução indireta se funda no art. 2º, inciso V da Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração da HU Brasil.

3.52. Em observância a Resolução CA nº 298/2025, declara-se que as atividades executadas indiretamente são passíveis de terceirização.

3.53. Ademais, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela HU Brasil a empresa cujo administrador ou sócio seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na HU Brasil, independente do percentual de participação no capital social da empresa.

3.54. **Vistoria para a Licitação**

3.55. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (34) 3218-2816 com a Unidade de Diagnóstico por Imagem do HU-UFU.

3.56. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.57. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

3.58. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.59. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.60. Os modelos de declaração de realização de vistoria ou declaração de opção de dispensa de vistoria estão demonstrados no Modelo - Declaração de Realização de Vistoria (56567286) e Modelo - Declaração de Dispensa de Realização de Vistoria (56567322).

3.61. **Materiais a serem Disponibilizados**

3.62. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os seguintes materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

3.63. Para Levantamento radiométrico (LR):

a) Meio espalhador;

- Raios X convencional e fluoroscopia: Simulador de material com propriedades de atenuação equivalente à da água e espessura variável: Lâminas de PMMA de 1 cm de espessura em quantidade suficiente para alcançar pelo menos 20 cm;
- Mamografia: Simulador de material com propriedades de atenuação equivalente à da água (exemplo: PMMA), com dimensões aproximadas à de uma mama grande;
- Tomografia Computadorizada: Simulador dosimétrico cilíndrico de PMMA de 32 cm de diâmetro e 15 cm de altura/espessura;

b) Câmara de ionização de 1800 cm³ ou detector específico para a avaliação de radiação secundária transmitida (as especificações do fabricante devem garantir que o detector utilizado é adequado para essa finalidade);

c) Câmara de ionização de 180 cm³ para avaliação primária transmitida.

3.64. Para testes e controle de qualidade (CQ) em radiologia convencional:

a) Câmara de ionização de 6 cm³ e seu respectivo eletrômetro ou detector compatível adequado para medições de kerma/dose em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV;

b) Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 40 kV a 150 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %);

c) Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão ± 5 %, reprodutibilidade ± 1 %);

d) Lâminas de alumínio de alta pureza (superior a 99,5%), de 0,5 mm ou 1 mm de espessura, em quantidade suficiente para alcançar pelo menos 4,0 mm, para a determinação da camada semirredutora do feixe de raios X;

e) Dispositivo para avaliação do sistema de colimação (exatidão do indicador de campo luminoso);

f) Dispositivo para avaliação do alinhamento do eixo central do feixe de raios X;

g) Lâminas de PMMA para simulação de pacientes para avaliação da reprodutibilidade e da compensação do controle automático de exposição;

h) Dispositivo próprio para avaliação da resolução de baixo contraste em radiografia;

i) Dispositivo próprio para avaliação da resolução espacial em radiografia, por padrão de barras com frequência maior do que 2,5 lp/mm ou pela medida da MTF;

j) Dispositivo para avaliação da uniformidade da imagem;

k) Dispositivo para avaliação de distorção geométrica na imagem;

l) Lâmina de chumbo para avaliação da efetividade do ciclo de apagamento da imagem;

m) Trena milimetrada;

n) Dispositivo para a verificação de nivelamento.

3.65. Para testes de controle de qualidade (CQ) em fluoroscopia:

a) Câmara de ionização de 6 cm³ e seu respectivo eletrômetro ou detector compatível adequado para medições de kerma/dose em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV;

b) Câmara de ionização de 60 cm³ ou detector compatível adequado para medições em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV, para medida de kerma e taxa de kerma;

- c) Medidor de produto kerma-área (PKA);
- d) Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 40 kV a 150 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %);
- d) Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão $\pm 5\%$, reprodutibilidade $\pm 1\%$);
- e) Lâminas de alumínio de alta pureza (superior a 99,5%), de 0,5 mm ou 1 mm de espessura, em quantidade suficiente para alcançar pelo menos 4,0 mm, para a determinação da camada semirredutora do feixe de raios X;
- f) Dispositivo para avaliação do alinhamento do eixo central do feixe de raios X;
- g) Lâminas de PMMA ou cobre para simulação de pacientes para avaliação do controle automático de exposição e de brilho;
- h) Lâminas de chumbo com dimensões adequadas para cobrir o detector de imagem;
- i) Dispositivo próprio para avaliação da resolução de baixo contraste em fluoroscopia;
- j) Dispositivo próprio para avaliação da resolução espacial em fluoroscopia, por padrão de barras ou pela medida da MTF;
- k) Trena milimetrada;
- l) Dispositivo para a verificação de nivelamento.

3.66. Para testes de controle de qualidade (CQ) em mamografia:

- a) Câmara de ionização de 6 cm³ e seu respectivo eletrômetro ou detector compatível adequado para medições de kerma/dose em feixe direto na faixa energética de 20 a 40 keV;
- b) Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 20 kV a 40 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %);
- c) Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão $\pm 5\%$, reprodutibilidade $\pm 1\%$).
- d) Lâminas de alumínio de alta pureza (superior a 99,5%), de 0,1 mm de espessura, em quantidade suficiente para alcançar pelo menos 0,4 mm, para a determinação da camada semirredutora do feixe de raios X;
- e) Lâminas de PMMA de 0,5 e 1 cm de espessura, em quantidade suficiente para obter 2 cm, 3 cm, 4 cm, 4,5 cm, 5 cm, 6 cm e 7 cm, para avaliação do controle automático de exposição;
- f) Espaçadores de material considerado radiotransparente para que cada espessura de PMMA especificadas no item anterior somada ao espaçamento atinja, respectivamente, 2,1 cm, 3,2 cm, 4,5 cm, 5,3 cm, 6,0 cm, 7,5 cm e 9 cm. Se o espaçador não for radiotransparente, ele deve ser pequeno o suficiente de modo que ocupe apenas as bordas das lâminas de PMMA, sem influenciar no controle automático de exposição;
- g) Lâmina de 0,2 mm de alumínio e dimensões de 10 mm x 10 mm, para a avaliação da compensação do controle automático de exposição;
- h) Lâmina de 0,2 mm de alumínio, para a avaliação da remanescência da imagem prévia;
- i) Dispositivos para avaliação a exatidão do sistema de colimação;
- j) Dispositivo para avaliação da uniformidade da imagem;
- k) Dispositivo próprio para avaliação da resolução espacial em mamografia, por padrão de barras com frequência maior do que 12 lp/mm ou pela medida da MTF;
- l) Balança ou dinamômetro compatível com medidas da força da bandeja compressão, no intervalo entre 5-30 kgf;
- m) Espuma de densidade igual ou maior a D33, para avaliação do alinhamento da bandeja de compressão;
- n) Simulador para avaliação da qualidade da imagem, com características mínimas equivalentes ao simulador padrão Colégio Americano de Radiologia (ACR);
- o) Ferramenta de ensaio contraste-detalle com objetos de baixo contraste.

3.67. Para teste de controle de qualidade (CQ) em tomografia computadorizada:

- a) Câmara de ionização do tipo lápis de 3 cm³ e seu respectivo eletrômetro ou detector compatível adequado para medições de kerma/dose em feixe de tomografia computadorizada, inclusive em simuladores utilizados para avaliação de índice de dose em tomografia computadorizada (CTDI);
- b) Simulador próprio para avaliação quantitativa da exatidão da espessura de corte;
- c) Simulador próprio para avaliação de resolução espacial em tomografia computadorizada;
- d) Simulador próprio para avaliação da exatidão e uniformidade do número CT;
- e) Simulador/fantoma dosimétrico cilíndrico de PMMA de 32 cm de diâmetro e 15 cm de altura/espessura para avaliação de CTDI de abdome;
- f) Simulador/fantoma dosimétrico cilíndrico de PMMA de 16 cm de diâmetro e 15 cm de altura/espessura para avaliação de CTDI de cabeça;
- g) Simulador para avaliação da compensação do sistema de modulação de corrente para diferentes espessuras.

3.68. Para testes de controle de qualidade em ressonância magnética:

- a) Simulador/Fantoma para avaliação de parâmetros de qualidade da imagem: análise de imagem residual (ghost), homogeneidade do campo estático, exatidão da posição de corte, exatidão da espessura de corte, exatidão geométrica, resolução espacial de alto contraste, razão sinal-ruído, uniformidade.

3.69. Para testes de controle de qualidade (CQ) em ultrassonografia:

- a) Simulador/Fantoma para avaliação de parâmetros de qualidade da imagem: Uniformidade, zona morta, profundidade de penetração, zona focal, exatidão da medida da distância vertical, exatidão da medida da distância horizontal, resolução axial, resolução lateral, objetos anecóicos, limiar de sensibilidade a baixo contraste, acurácia da velocidade e da magnitude em modo Doppler, sensibilidade do modo Doppler.

3.70. Para testes de controle de qualidade (CQ) em monitores:

- a) Fotômetro com capacidade de medições em nit com faixa de medição mínima de 0 – 3500 nit.

3.71. Para medidas de iluminância em salas de laudo

a) Fotômetro com capacidade de medições em lux com faixa de medição mínima de 0 – 150 lux.

3.72. **Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

3.73. Nos preços cotados deverão estar integralmente incluídos todos os custos e despesas necessários à perfeita execução do objeto, abrangendo, sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos e encargos incidentes, taxas administrativas, materiais, insumos, serviços auxiliares, encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (incluindo carga e descarga), bem como quaisquer outros ônus necessários ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

3.74. Deverão, ainda, estar contemplados nos preços ofertados, sem ônus adicional para a Contratante:

3.74.1. a contratação do serviço de dosimetria individual de radiação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato;

3.74.2. a confecção e fornecimento de crachás de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato;

3.74.3. o envio de toda a documentação necessária à habilitação da proposta, conforme exigido neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

3.75. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a cobrança de valores adicionais em razão de custos não previstos ou subestimados na proposta apresentada.

3.76. Fica dispensada a apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços, tendo em vista que os serviços a serem contratados possuem escopo técnico claramente definido e podem ser avaliados de forma objetiva para fins de elaboração do mapa comparativo de preços.

3.77. Ressalta-se que, em razão das disposições deste Termo de Referência, as propostas deverão ser elaboradas de forma global e completa, contemplando todos os custos relacionados à prestação dos serviços, não cabendo posterior alegação de omissão ou necessidade de reequilíbrio por despesas previsíveis.

3.78. Cada item ou conjunto de serviços contratado deverá contemplar, sem ônus adicional para a Contratante, a realização de nova visita técnica para reavaliação, após manutenção corretiva, sempre que algum parâmetro avaliado apresentar resultado fora dos critérios de aceitabilidade e demandar correção seguida de nova verificação.

3.79. Os serviços objeto da contratação serão executados exclusivamente sob demanda da Contratante, observada a conveniência e a necessidade institucional, podendo a execução não abranger a totalidade dos itens ou do quantitativo estimado na licitação, não gerando à Contratada qualquer direito à indenização, compensação financeira ou expectativa de faturamento mínimo.

3.80. **Transição Contratual**

3.81. No tocante à transição contratual, não se identifica a necessidade de realização de procedimento formal de transição entre contratos, uma vez que o serviço objeto desta contratação não depende diretamente de continuidade operacional com contrato anterior.

3.82. Todavia, durante a execução contratual, será imprescindível a interação contínua entre a Contratada e a Contratante, com vistas ao acompanhamento, fiscalização e verificação da conformidade dos serviços prestados, bem como ao cumprimento dos prazos, níveis de serviço e demais obrigações previstas no instrumento contratual.

4. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

4.1. **Condições de Participação**

4.2. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no edital do certame.

4.3. **Habilitação - Qualificação Técnica**

4.4. Para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) que comprovem a aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, qual seja, a prestação de serviços especializados de realização de testes de constância, controle de qualidade, medições de radiação de fuga e levantamentos radiométricos em equipamentos de diagnóstico por imagem, incluindo aqueles que não utilizam radiação ionizante.

4.5. Exigência de atestado técnico referente à execução de, no mínimo, 50% do objeto licitado. Tal exigência tem por objetivo comprovar que o licitante possui experiência prévia suficiente para garantir a execução segura e eficiente do contrato, considerando a complexidade técnica envolvida, a diversidade de modalidades de equipamentos e a necessidade de atendimento simultâneo a diferentes setores assistenciais do hospital.

4.6. O percentual adotado encontra-se em conformidade com o Acórdão nº 2696/2019 – Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União (Relator: Ministro Bruno Dantas), que reconhece a razoabilidade da limitação de até 50% do objeto como parâmetro proporcional e não restritivo à competitividade. Dessa forma, o percentual de 50% foi definido como adequado para atestar a capacidade operacional mínima necessária, garantindo a execução satisfatória do contrato e, ao mesmo tempo, evitando o cerceamento da competitividade entre os potenciais fornecedores.

4.7. Ademais, a exigência do atestado será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação (art. 65, § 3º, do RCC 3.0).

4.8. A definição desse quantitativo leva em consideração a natureza essencial e contínua dos serviços, a necessidade de observância rigorosa das normas da ANVISA e CNEN, e o porte do parque tecnológico do HU UFU, o que exige experiência comprovada em execução de serviços similares em escala compatível, sem impor exigências desproporcionais às empresas atuantes no mercado.

4.9. A empresa contratada e seus profissionais deverão estar devidamente licenciados e habilitados para a execução de serviços de avaliação de equipamentos e ambientes que utilizem radiação ionizante na área médica, em conformidade com a Resolução SES/MG nº 7.448, de 22 de março de 2021, e demais normas complementares aplicáveis.

4.9.1. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

4.9.1.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

4.9.1.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

4.9.1.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;

4.9.1.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame."

4.10. Apresentar declaração formal de que dispõe de profissionais aptos e devidamente qualificados para realizar os testes e ensaios nos equipamentos do HU-UFU, em conformidade com as Instruções Normativas nº 90 a nº 97, de 27 de maio de 2021, da ANVISA, ou por qualquer outra normativa que vier a substituí-las.

4.11. Apresentar, no momento da assinatura do contrato, relação detalhada dos equipamentos, instrumentos e acessórios que serão utilizados na execução dos serviços, bem como suas respectivas especificações técnicas, faixas de medição e rastreabilidade metrológica.

4.12. Apresentar, no momento da assinatura do contrato, declaração acompanhada das cópias dos certificados de calibração dos equipamentos e instrumentos de medição a serem utilizados, emitidos por laboratório reconhecido e devidamente cadastrado na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), com rastreabilidade ao sistema RBC/Inmetro (se aplicável), dentro do prazo de validade e em conformidade com as exigências normativas vigentes.

4.13. Os atestados de capacidade técnica-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.14. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado (original ou cópia).

4.15. A comprovação de que já executou objeto compatível será mediante a comprovação de experiência mínima de 24 (vinte e quatro meses) na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

4.16. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

4.17. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.18. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.19. Alvará de licenciamento ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária;

4.19.1. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

4.19.2. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

4.20. Se necessário, ficará a cargo da empresa interessada provar que as documentações dos itens anteriores não são aplicáveis ou não são exigidas para o objeto da contratação.

4.21. Os Registros, Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar a análise.

4.22. **Proposta de Preços**

4.23. Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- a) Descrição Detalhada do item;
- b) Identificação do CATSER;
- c) Unidade de Medida
- d) Quantidade Ofertada
- e) Preços Unitários e Preços Totais;
- f) Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- g) Prazo de validade, quando aplicável;
- h) Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica, quando aplicável;

4.24. Para cada item, a quantidade ofertada deverá ser igual ao quantitativo apresentado no quadro do item 3.2.

4.25. Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema Comprasnet:

4.25.1. Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados.

4.26. Deverá constar na proposta os dados bancários da empresa como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados junto ao cadastro de fornecedores da HU Brasil. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

4.27. O CNPJ indicado nos documentos de habilitação e na proposta de preços deverá corresponder ao mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente prestará os serviços objeto da licitação, devendo ser o mesmo constante na respectiva Fatura/Nota Fiscal.

5. **REGIME DE EXECUÇÃO**

5.1. A contratação será realizada pelo critério de preço unitário, considerando a impossibilidade de definição prévia e precisa das quantidades dos serviços a serem executados ao longo da vigência contratual, as quais serão demandadas de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade do HU-UFU.

6. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

6.1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante

interesse da Administração e acordo entre as partes, até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0.

6.2. A fixação da vigência inicial em 24 (vinte e quatro) meses justifica-se pela natureza contínua e especializada dos serviços, que exigem execução periódica e acompanhamento sistemático, conforme protocolos técnicos e normativos. O prazo adotado está alinhado às práticas de mercado, aumenta a atratividade do certame ao permitir a diluição de custos operacionais e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas. Ademais, mitiga riscos de descontinuidade e de novas contratações em curto prazo, assegurando a regularidade dos serviços e o atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios da economicidade, razoabilidade e competitividade.

6.3. A cada 12 (doze) meses de vigência, as partes poderão proceder à avaliação da continuidade contratual, visando à manutenção ou à extinção do contrato, observados os limites legais e regulamentares, sem necessidade de prorrogação formal.

6.4. A denúncia contratual poderá ser realizada por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante aviso prévio mínimo de 90 (noventa) dias, respeitado o prazo mínimo inicial de vigência.

6.5. As prorrogações somente poderão ocorrer por acordo entre as partes, sendo vedada a prorrogação que implique violação à obrigação de licitar, nos termos do art. 192 do RCC 3.0.

6.6. O contrato poderá sofrer alterações, por acordo entre as partes, desde que devidamente justificadas, nos termos do art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 196 do RCC 3.0.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO PROCESSO

7.1. Modelo de Execução do Objeto

7.2. A execução dos serviços será iniciada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, na forma que segue:

7.2.1. Os serviços serão realizados somente sob demanda da Contratante, que será comunicada pelo e-mail eletrônico indicado pela Contratante.

7.2.2. Todos os serviços deverão estar em acordo com as legislações e normativas vigentes no Brasil, tais como a RDC nº 611 (ANVISA, 09/03/2022) e as Instruções Normativas nº 90 ao nº 97 (ANVISA, 27/05/2021) ou outras que vierem a substituí-las.

7.2.3. Os serviços de caráter presencial deverão ser executados nas dependências do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

7.2.4. Os serviços presenciais deverão ser executados de segunda a sexta-feira, das 07:00 h às 19:00 h, conforme acordado entre Contratante e Contratada. A execução em outros dias e horários poderão ocorrer somente mediante autorização da Contratante.

7.2.5. Para cada visita de prestação de serviço, a empresa contratada deverá emitir um relatório geral do(s) serviço(s) prestado(s), além dos relatórios com os resultados de cada item contratado.

7.2.6. Os relatórios com os resultados e conclusões de cada serviço executado deverão estar assinados pelo executor do serviço e pelo responsável técnico.

7.2.7. A realização dos serviços poderá ser acompanhada, de forma concomitante, por até 5 (cinco) pessoas, designadas pela Contratante, entre profissionais e estudantes a ela vinculados.

7.2.8. Para ingressar na instituição e durante a execução do serviço, o executor deverá portar seu documento de identidade oficial e estar devidamente uniformizado e identificado por meio de crachá da empresa contratada, contendo nome e logomarca da empresa.

7.2.9. O executor dos serviços deverá portar dosímetro individual, fornecido pela Contratada, destinado à monitoração individual da dose de radiação. A dosimetria deverá ser realizada por laboratório devidamente habilitado e credenciado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ou por órgão nacionalmente reconhecido, em conformidade com a legislação vigente.

7.2.10. Os testes diários, semanais e semestrais, quando integrantes de um conjunto de testes especificado na Tabela do item 3.2, deverão ser executados uma única vez durante a realização do respectivo conjunto ou do item contratado.

7.2.11. O levantamento radiométrico dos equipamentos fixos deverá ser executado de acordo com protocolos e/ou metodologias reconhecidos nacional ou internacionalmente, contemplando, no mínimo, medições da radiação transmitida por todas as barreiras de proteção radiológica existentes no entorno da sala de instalação do equipamento, incluindo paredes, portas (consideradas individualmente, no caso de portas duplas), batentes, visores e demais elementos de blindagem.

7.2.12. Nas salas em que, durante a operação rotineira do equipamento, haja presença de trabalhadores, como nos procedimentos de hemodinâmica e exames contrastados, deverá ser realizada ao menos uma medição na posição do operador, com e sem a utilização de anteparo ou visor, quando aplicável.

7.2.13. O levantamento radiométrico dos equipamentos móveis deverá ser realizado conforme protocolos e/ou metodologias reconhecidos nacional ou internacionalmente, contemplando, no mínimo, medições da radiação espalhada nas distâncias de 1 (um) metro e 2 (dois) metros, em pelo menos quatro posições para cada distância, ao redor do meio espalhador, o qual deverá ser posicionado no local correspondente ao paciente.

7.2.14. As medições da radiação de fuga deverão observar protocolos e/ou metodologias reconhecidos nacional ou internacionalmente, contemplando, no mínimo, medições realizadas à distância de 1 (um) metro do ponto focal, em pelo menos quatro posições ao seu redor.

7.2.15. Os testes de constância e de controle de qualidade deverão ser executados conforme protocolos e/ou metodologias reconhecidos nacional ou internacionalmente, devendo as medições e os resultados ser apresentados em relatórios técnicos, acompanhados de conclusões fundamentadas na comparação com as tolerâncias e níveis de restrição estabelecidos nas normativas brasileiras vigentes.

7.2.16. Nos equipamentos de ultrassonografia, os testes deverão ser realizados para todas as sondas/transdutores disponíveis no equipamento.

7.2.17. Após a comunicação formal da demanda pela Contratante, a Contratada deverá realizar o agendamento do serviço em até 7 (sete) dias corridos, devendo a execução ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da referida comunicação.

7.2.18. As visitas de reavaliação, quando necessárias, deverão ser agendadas em até 7 (sete) dias corridos e realizadas em até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação da demanda.

7.2.19. A Contratante poderá solicitar até 2 (duas) visitas anuais em caráter de urgência, as quais deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias corridos, desde que a quantidade de itens contratados, conforme tabela do item 3.2, não ultrapasse 2 (dois) itens por visita.

- 7.2.20. Qualquer um desses prazos poderá ser estendido exclusivamente mediante autorização formal da Contratante.
- 7.2.21. Os relatórios técnicos deverão ser entregues à Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da visita de execução das medições.
- 7.2.22. A não realização de quaisquer testes ou avaliações exigidos pelas normativas brasileiras vigentes será caracterizada como pendência técnica, a qual impedirá a liberação do pagamento dos serviços até sua integral e regularização.
- 7.3. **Especificações dos crachás**
- 7.4. Deverá constar obrigatoriamente nos crachás:
- I - Formatação vertical;
 - II - Logomarca da empresa;
 - III - Fotografia atualizada 3x4 colorida;
 - IV - Nome do funcionário em destaque.
- 7.5. Além disso, os crachás deverão possuir microchip com as seguintes características:
- I - Tecnologia por aproximação com **RFID** (13,56 MHz de frequência), conforme orientação prévia da Contratante;
 - II - Modulação **ASK**;
 - III - Memória de 64 bits;
 - IV - Encapsulamento conforme os padrões internacionais de norma **ISO CR80**.
- 7.6. Ademais, os funcionários contratados deverão estar com seus crachás prontos e entregues em até 30 (trinta) dias após a data de sua contratação.
- 7.7. Essa medida visa garantir maior segurança e transparência no controle de entrada e circulação dos prestadores de serviços nas instalações do HU-UFU, além de promover um ambiente mais seguro para os nossos servidores e para o público atendido.
- 7.8. **Recebimento e Aceitação do Objeto**
- 7.9. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 7.10. Ao final de cada execução de serviço, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 7.11. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 7.11.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 7.11.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.11.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à HU Brasil, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, por força do art. 180 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0).
- 7.11.4. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 7.11.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.11.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 7.12. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.12.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 7.12.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 7.12.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto.
- 7.13. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser efetivada pela Contratada somente após a comunicação da Contratante do recebimento definitivo do serviço executado.
- 7.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.16. **Modelo de Gestão do Contrato**

7.17. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei n.º 13.303/2016 e do RCC 3.0, os critérios previstos no Termo de Referência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.18. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por uma EFC, especialmente designadas para tal, na forma do RCC 3.0.

7.19. A Contratante designará formalmente um conjunto de profissionais com vínculo direto com a Administração Pública, seja celetista, comissionado ou estatutário, para compor a EFC, nos termos do art. 210 do RCC 3.0.

7.20. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.21. A EFC e a Contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a devida formalização.

7.22. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.23. A EFC deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, utilizando-se, para isso, a abertura de processo administrativo específico, relacionado ao principal, para consolidar a documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada de documentos referentes à execução do contrato.

7.24. O processo administrativo específico para gestão e fiscalização do contrato servirá para registrar a designação e organização da EFC, consolidar demais documentos relacionados a essa gestão, o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução o objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

7.25. Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.26. Cabe ao gestor do contrato:

7.26.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.26.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.26.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.26.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.26.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme o caso;

7.26.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Contratante;

7.26.7. enviar a documentação pertinente à área responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela Contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço;

7.26.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.26.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.26.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7.27. Compete ao fiscal técnico:

7.27.1. acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Contratante;

7.27.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.27.3. emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificada qualquer inexecução ou irregularidade;

7.27.4. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.27.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas;

7.27.6. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.28. A EFC contará com o suporte das áreas de acompanhamento e de fiscalização administrativa, que atuarão para disseminar boas práticas e para apoiar a instituição de controles internos administrativos sobre gestão e fiscalização, nos termos do art. 213 do RCC 3.0.

7.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Pagamento

8.2. O pagamento será realizado somente após a finalização dos serviços demandados pela Contratante, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

8.3. O valor do pagamento do serviço executado devido à Contratada será apurado conforme especificado neste Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo IMR ou instrumento equivalente.

8.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

8.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.6.1. data de emissão;

8.6.2. dados da Contratada, da Contratante e do contrato de prestação de serviço firmado;

8.6.3. descrição dos serviços contratados;

8.6.4. período de execução dos serviços;

8.6.5. valor dos serviços executados;

8.6.6. valores das contribuições e dos tributos devidos e eventuais destaques relacionados aos seus recolhimentos.

8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada não cumpriu as disposições estabelecidas neste Termo de Referência durante a execução dos serviços.

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor ou empregado público da ativa da Contratante com fundamento no art. 18, inciso XI, da Lei n.º 15.321/2025.

8.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, nos termos da item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 5, de 2017.

8.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Contratante realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público e a HU Brasil, bem como ocorrências impeditivas indiretas, consideradas as disposições dos artigos 29 a 31 da INSEGES nº 3, de 26 de abril de 2018, observadas as seguintes condições:

8.12.1. constatando-se situação de irregularidade, a Contratada será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante;

8.12.2. não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.12.3. persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, assegurada à Contratada a ampla defesa;

8.12.4. havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

8.12.5. será rescindido o contrato em execução com a Contratada, salvo motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

8.13. Em caso de atraso no pagamento por parte da Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, desde o término do prazo de pagamento até a data de sua efetiva quitação, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

8.14. Para fins de cálculo da atualização monetária, poderá ser utilizada a Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).

8.15. Índice de Medição de Resultados - IMR

- 8.16. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via e-mail; por telefone e via correspondência.
- 8.17. Por meio deste título, serão especificados os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 8.18. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.
- 8.19. Os indicadores de performance não são vistos como meros instrumentos para penalizar a Contratada, mas como forma de possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 8.20. Os resultados apurados no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constituirão fator redutor para o cálculo do valor devido pela execução do objeto, observadas as pontuações registradas nos respectivos relatórios.
- 8.21. Deverá ser efetuado, periodicamente, pela fiscalização, o controle da execução dos serviços de forma a gerar relatórios referentes aos meses que foram prestados os serviços.
- 8.22. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 8.23. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar, periodicamente, a execução do objeto da contratação.
- 8.24. Durante a verificação da conformidade da prestação dos serviços, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR, com as seguintes regras e metodologias:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)			
AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
PROCESSO Nº:			
VIGÊNCIA DO CONTRATO		TÉRMINO: __/__/__	
CONTRATO Nº: ____/XXXX			
OBJETO: Prestação de serviço especializado para a realização de testes de constância, controle de qualidade, medidas de radiação de fuga e levantamento radiométrico nos equipamentos de diagnóstico por imagem e seus respectivos ambientes de instalação/operação e arredores, incluindo equipamentos que não utilizam radiação ionizante, como o equipamento de ressonância magnética, os equipamentos de ultrassom, os monitores de imagem utilizados para laudos médicos e os equipamentos de proteção individual, a fim de atender as necessidades do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil).			
CONTRATADA:			
SETOR:		FISCAL:	
Serão adotados 3 (três) indicadores de qualidade, aos quais serão atribuídos pesos específicos, conforme demonstrado a seguir: Conforme (CF): Peso 2 Parcialmente Conforme (PC): Peso 1 Não Conforme (NC): Peso 0			
FISCALIZAÇÃO		SITUAÇÃO VERIFICADA	
INDICADOR: QUALIDADE DO SERVIÇO	CF	PC	NC
1. A CONTRATADA atende aos apontamentos relatados tempestivamente.			
2. A CONTRATADA mantém durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação			

exigidas na licitação.			
3. Percentual de serviços e testes obrigatórios e aplicáveis realizados conforme exigências normativas (ex. RDC ANVISA nº 611/2022 e suas Instruções Normativas Nº 90 a 97).			
4. Percentual de relatórios aprovados sem necessidade de correção (critérios: identificação do equipamento, identificação dos instrumentos utilizados, apresentação dos resultados comparados com limites normativos, apresentação das conclusões, assinatura do RT)			
6. Os equipamentos utilizados na execução do serviços são adequados, calibrados e rastreáveis.			
7. Os profissionais envolvidos na execução dos serviços possuem qualificação e habilitação técnica em conformidade com o exigido no Termo de Referência.			
8. A CONTRATADA finalizou a execução dos serviços demandados pela CONTRATANTE.			
9. A CONTRATADA cumpriu os prazos previstos no Termo de Referência.			
TOTAL: INDICADOR			
CONSIDERAÇÕES E OPORTUNIDADES DE MELHORIAS			
PLANOS DE AÇÕES CORRETIVAS			
DESCRIÇÃO DO PLANO	DATA	RESPONSÁVEL	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE	Nº DE INDICADORES	ÍNDICE DE QUALIDADE	
CF = Conforme (Peso 2)			
PC = Parcialmente conforme (Peso 1)			

Termo de Referência - SEI 59656392

SEI 23860.027222/2025-10 / pg. 16

0%

NC = Não Conforme (Peso 0)

DADOS DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA:

NOME: XXXXXXXXXXXXX

CPF: ***.XXXXXX-**

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA:

DADOS DO FISCAL E GESTOR DE CONTRATO

GESTOR DO CONTRATO:

SIAPE:

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA:

FISCAL:

SIAPE:

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA: (Assinatura Eletrônica)

FISCAL:

SIAPE:

DATA: (conforme assinatura do documento)

ASSINATURA:

8.24.1. O cálculo do IMR será obtido por meio da aplicação da tabela abaixo:

INDICADOR Nº 1 - QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Item	Descrição
1. Finalidade	Mensurar a adequação dos serviços prestados
2. Meta a	Prestação de todo serviço em conformidade

cumprir	
3. Instrumento de medição	Tabela consolidada de avaliação da qualidade
4. Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
5. Periodicidade	Conforme demanda da Contratante
6. Mecanismo de cálculo	<p>ÍNDICE DE QUALIDADE = (nº de itens Conforme * 2 + nº de itens Parcialmente Conforme * 1 + nº de itens Não Conforme * 0) / nº total de itens * 2</p> <p>Exemplo: Em um cenário em que há 12 serviços a serem avaliados, onde há 11 serviços Conformes, 1 serviço parcialmente conforme e 0 serviços não conformes, será aplicada a seguinte fórmula.</p> $(11 * 2 + 1 * 1 + 0 * 0) / 12 * 2 = 0,9583$ <p>A partir da obtenção do resultado, serão aplicadas as faixas de pagamento dispostas no item 8 desta tabela.</p>
7. Início da vigência	Data da assinatura do contrato
8. Faixas de ajuste no pagamento	<p>0 até 0,69: 95% do valor contratado + multa disposta no Termo de Referência + avaliação de cancelamento do contrato</p> <p>0,70 até 0,79: 96% do valor contratado + multa disposta no Termo de Referência</p> <p>0,80 até 0,84: 97% do valor contratado</p> <p>0,85 até 0,89: 98% do valor contratado</p> <p>0,90 até 0,94: 99% do valor contratado</p> <p>0,95 até 1: 100% do valor contratado</p>
9. Observações	<p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Desde que apresentada justificativa formal pela Contratada e devidamente aceita pela Equipe de Fiscalização do Contrato, os eventos correspondentes não serão computados no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), não ensejando ajuste no valor a ser pago, inclusive para fins de glosa.</p> <p>De acordo com a Norma ABNT 5891:2014, aplica-se as seguintes regras de arredondamento na numeração decimal:</p> <p>I - Regra 1: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal torna-se 1,3.</p> <p>II - Regra 2: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5 seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 1,666 6 arredondado à primeira decimal torna-se 1,7; Exemplo: 4,850 5 arredondado à primeira decimal torna-se 4,9.</p> <p>III - Regra 3: Quando o algarismo a ser conservado for ímpar, seguido de 5 e posteriormente de zeros, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 4,550 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,6.</p> <p>IV - Regra 4: Quando o algarismo a ser conservado for par, seguido de 5 e posteriormente de zeros, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores. Exemplo: 4,850 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,8.</p>

8.25. O resultado da avaliação de qualidade e atendimento contratual sempre será acompanhado de considerações e sugestão de plano de ações corretivas pela equipe de fiscalização do contrato, visando orientar a contratada para a melhoria contínua.

8.26. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

8.27. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 8.27.1. não produziu os resultados acordados;
- 8.27.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 8.27.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.27.4. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- 8.27.5. não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
- 8.27.6. não configure descaracterização do objeto contratado.

9. **FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 9.1. A seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, de acordo com inciso IV do art. 6º do RCC 3.0.

10. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

10.1. **Critério de Julgamento**

- 10.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

- 10.3. Os preços unitários oferecidos para cada item deverão estar dentro dos valores estimados pela Administração.

- 10.4. Preços unitários muito inferiores aos estimados poderão ser considerados inexequíveis, caso não haja a sua devida comprovação.

- 10.5. Não será admitida a apresentação de preços unitários com a intenção de manipular o valor global/grupo ou de futuros aditivos contratuais, gerando ganhos indevidos por meio de distorções nos valores dos itens cotados.

10.6. **Intervalo entre Lances**

- 10.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento).

10.8. **Modo de Disputa**

- 10.9. O modo de disputa adotado para este certame será **ABERTO**, observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

11. **INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU A ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS**

- 11.1. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso nos termos do Art. 34 da Lei n.º 13.303/2016 e do Art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0).

12. **DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

12.1. **Das Obrigações da Contratante**

- 12.2. São obrigações da Contratante:

- 12.2.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Contrato e seus anexos;

- 12.2.2. receber o objeto nas condições e no prazo estabelecidos no Termo de Referência;

- 12.2.3. notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 12.2.4. acompanhar e fiscalizar a execução o Termo de Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

- 12.2.5. comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

- 12.2.6. efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Contrato e no Termo de Referência;

- 12.2.7. aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no Termo de Contrato;

- 12.2.8. não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 12.2.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 12.2.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela Contratada;

- 12.2.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da Contratada;

- 12.2.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

- 12.2.8.5. demandar a funcionário da Contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

- 12.2.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

- 12.2.9. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

- 12.2.10. notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

- 12.2.10.1. comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 183, § 4º, do RCC 3.0;

12.2.11. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada.

12.3. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.4. **Das Obrigações da Contratada**

12.5. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.5.1. atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.5.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela EFC, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.5.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

12.5.5. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf), a Contratada deverá entregar à EFC, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

12.5.5.1. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.5.5.2. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

12.5.5.3. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

12.5.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

12.5.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.5.6. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.5.7. comunicar à EFC tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

12.5.8. paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.5.9. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

12.5.10. guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

12.5.11. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

12.5.12. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.5.13. alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do termo de contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

12.5.14. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

12.5.15. fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

12.5.16. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.5.17. submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

12.5.18. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

12.5.19. não submeter, quando for o caso, os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

12.5.20. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

12.5.21. não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481/2008;

12.5.22. receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

- 12.5.23. designar preposto aceito pela Ebserh para representá-la na execução do contrato, com capacidade decisória frente as questões apresentadas pela fiscalização, vinculadas a instrumento no qual constará expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto;
- 12.5.24. a indicação do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;
- 12.5.25. a Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 12.5.26. não incorrer, durante a execução contratual, em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 70 do RCC 3.0;
- 12.5.27. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 12.5.28. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 12.5.29. assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.5.30. fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 12.5.31. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 12.5.32. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Ebserh;
- 12.5.33. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.5.34. efetuar comunicação à Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- 12.5.35. estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, quando for o caso, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 12.5.36. observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.5.37. apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.5.38. apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.5.39. manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.5.40. atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 13.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.1.2. **Multa:**
- 13.1.2.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o 15º dia e a critério da Contratante, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 13.1.2.2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;
- 13.1.2.3. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de 2% (dois por cento) do valor anual da contratação;
- 13.1.2.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 10% (dez por cento) do valor anual da contratação.
- 13.1.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 13.1.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:
- 13.1.3.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.1.3.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 13.1.3.1.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.3.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.3.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.3.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.3.1.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.
- 13.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.
- 13.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à HU Brasil.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

13.6. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da Contratada.

13.7. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

13.7.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

13.7.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a HU Brasil, ainda que decorrentes de outros ajustes;

13.7.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

13.7.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a HU Brasil e o fornecedor sancionado.

13.8. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

13.9. A Contratante deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º, do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.

13.10. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.

13.11. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

13.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.13. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, poderá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.

13.14. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.

13.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

13.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.18. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no Sicafe, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

13.19. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela HU Brasil.

13.20. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede HU Brasil/Ebserh.

14. **GARANTIA DA EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco apontado nos estudos preliminares e na análise de riscos feita para a aquisição.

14.2. Nesse sentido, de modo que foram previstas ações preventivas e de contingência na Análise de Riscos em fase de execução do contrato, fica dispensada a requisição de garantia da execução.

15. **GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**

15.1. Não será exigida garantia complementar, além da garantia legal aplicável aos serviços. Contudo, a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução, podendo o HU-UFU exigir a reexecução dos serviços, sem ônus adicional.

15.2. O disposto neste item não afasta as demais obrigações legais da Contratada, especialmente aquelas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

16. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA**

16.1. Sustentabilidade Ambiental

16.1.1. A execução dos serviços deverá observar práticas que minimizem impactos ambientais em especial aqueles relacionados ao uso de

insumos, geração de resíduos e deslocamento de equipes técnicas, em consonância com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes da Política Ambiental da Rede HU Brasil.

16.1.2. A Contratada deverá adotar procedimentos que assegurem o uso racional de materiais e insumos empregados na realização dos testes de constância, controle de qualidade, medições de radiação de fuga e levantamentos radiométricos, evitando desperdícios e utilização desnecessária de recursos.

16.1.3. Os resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, incluindo materiais descartáveis, embalagens, componentes eletrônicos, EPIs inservíveis ou outros resíduos técnicos, deverão ser segregados, acondicionados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e normas técnicas aplicáveis.

16.1.4. No caso de utilização de equipamentos emissores de radiação ionizante para fins de medição e ensaio, a Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para prevenir a exposição indevida ao meio ambiente, aos trabalhadores e a terceiros, observando rigorosamente os princípios da proteção radiológica.

16.1.5. A Contratada será integralmente responsável pela reparação de eventuais danos ambientais decorrentes de sua atuação, não sendo admitida a transferência de ônus à Administração.

16.2. Sustentabilidade Social

16.2.1. A Contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança e saúde no trabalho, responsabilizando-se por todas as obrigações decorrentes da execução contratual.

16.2.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, qualificados e devidamente capacitados para atuação em ambiente hospitalar, especialmente em áreas críticas e controladas, garantindo a segurança de pacientes, profissionais de saúde, servidores, colaboradores e terceiros.

16.2.3. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as normas de proteção radiológica, biossegurança, segurança do paciente e vigilância sanitária, adotando-se todas as medidas preventivas necessárias à mitigação de riscos ocupacionais e assistenciais.

16.2.4. A Contratada deverá assegurar condições dignas de trabalho às suas equipes, vedada a utilização de mão de obra infantil, forçada ou em condições análogas à escravidão, bem como promover conduta ética, respeito aos direitos humanos e à diversidade.

16.2.5. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá adotar postura colaborativa e respeitosa com as equipes do HU-UFU, observando as rotinas institucionais, os protocolos assistenciais e as normas internas de acesso e circulação nas dependências hospitalares.

16.3. Sustentabilidade Econômica

16.3.1. A execução dos serviços deverá observar critérios de eficiência, economicidade e planejamento, de modo a assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção do melhor custo-benefício para a Administração.

16.3.2. A Contratada deverá empregar metodologias, equipamentos e procedimentos técnicos adequados que reduzam a necessidade de retrabalho, repetição de ensaios ou interrupções indevidas das atividades assistenciais, contribuindo para a otimização dos custos operacionais do Hospital.

16.3.3. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma, prazos e padrões de qualidade estabelecidos, garantindo a confiabilidade dos laudos, relatórios técnicos e medições realizadas, bem como a rastreabilidade dos ensaios e resultados obtidos.

16.3.4. A Contratada será responsável por todos os custos decorrentes de falhas técnicas, erros de medição, inadequações metodológicas ou descumprimento de normas técnicas e regulatórias, não sendo admitida a geração de custos adicionais à Administração por tais motivos.

16.3.5. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizadas soluções que contribuam para a preservação do parque tecnológico do HU-UFU, aumentando a vida útil dos equipamentos de diagnóstico por imagem e reduzindo custos futuros de manutenção corretiva ou substituição.

17. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a cargo do HU-UFU, cujo elemento de despesa específico deverá constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela autoridade competente.

17.2. Os dados referentes aos recursos orçamentários constarão na Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

18. **DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO**

18.1. Da Subcontratação

18.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18.3. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços altamente especializados de avaliação de desempenho, controle de qualidade, medições de radiação de fuga e levantamentos radiométricos em equipamentos de diagnóstico por imagem, abrangendo múltiplas modalidades (radiologia convencional, tomografia, mamografia, hemodinâmica, ressonância magnética, ultrassonografia, entre outras), com execução integrada, padronizada e sob rigoroso atendimento a normas técnicas e regulatórias específicas. Trata-se, portanto, de serviço de natureza técnica singular, que exige atuação coordenada, metodologias uniformes, rastreabilidade dos resultados e responsabilidade técnica centralizada.

18.4. Nesse contexto, a vedação à subcontratação mostra-se medida necessária e adequada para atendimento com segurança da demanda do HU-UFU.

18.5. Do Consórcio

18.6. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

18.7. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

19. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo:

20.2. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

20.3. Modelo - Declaração de Realização de Vistoria (56567286);

20.4. Modelo - Declaração de Dispensa de Realização de Vistoria (56567322);

20.5. Termo de Recebimento Provisório - SEI 59728238; e

20.6. Termo de Recebimento Definitivo - SEI 59729028.

20.7. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

Equipe de Planejamento da Contratação:


	NOME	FUNÇÃO
Portaria Sei n.º 533, de 21 de outubro de 2025	Cássio Vilela Komatsu	Coordenador da Equipe de Planejamento
	Lilia Aparecida Alves	Integrante Técnico
	Carolina Augusta Del' Isola Marques	Integrante Técnico
	Humberto Galvão Dias	Integrante Técnico
	Fernanda Ferreira De Resende	Integrante Técnico
	Sarah Mansur Resende De Miranda	Integrante Técnico Suporte
	Sandro Crouce	Integrante Técnico Suporte
Portaria Sei n.º 373, de 10 de julho de 2025	João Batista Rodrigues de Melo	Integrante Administrativo

- 1. De acordo.
- 2. À Gerência de Administrativa.

(assinado eletronicamente)
ANTONIO JOSE DE LIMA JUNIOR
Chefe da Divisão de Apoio Diagnóstico e Terapêutico do HU-UFU
Portaria SEI nº 1788, de 11 de agosto de 2025

- 1. De acordo.
- 2. Diante da necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e da manifestação da área técnica, corroboro a avaliação de que a contratação de serviço especializado para a realização de testes de constância, controle de qualidade, medidas de radiação de fuga e levantamento radiométrico nos equipamentos de diagnóstico por imagem e seus respectivos ambientes de instalação/operação e arredores, incluindo equipamentos que não utilizam radiação ionizante, como o equipamento de ressonância magnética, os equipamentos de ultrassom, os monitores de imagem utilizados para laudos médicos e os equipamentos de proteção individual, inclusive quanto a forma de seleção de fornecedor, representa a alternativa mais factível para suprir à realidade de demandas e as necessidades do HU-UFU;
- 3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos;
- 4. Encaminhe-se à Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)
SAVIO DE MORAES
Gerente Administrativo do HU-UFU/HU Brasil
Portaria-SEI nº 324, de 19 de maio de 2025

 Documento assinado eletronicamente por **Joao Batista Rodrigues De Melo, Analista Administrativo**, em 25/05/2026, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

 Documento assinado eletronicamente por **Sandro Crouce, Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho**, em 25/05/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Mansur Resende De Miranda, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 25/05/2026, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cássio Vilela Komatsu, Físico(a)**, em 25/05/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ COSTA DA SILVA CHAGAS, Chefe de Unidade**, em 25/05/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Savio De Moraes, Gerente**, em 26/05/2026, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Ferreira de Resende, Enfermeiro(a)**, em 29/05/2026, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio José de Lima Júnior, Chefe de Divisão**, em 01/06/2026, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Galvao Dias, Físico(a)**, em 01/06/2026, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59656392** e o código CRC **D5826DCB**.

Referência: Processo nº 23860.027222/2025-10 SEI nº 59656392